

# ESTUDOS DE CASOS REGIONAIS

A grayscale map of the Americas and the Caribbean region serves as the background. Three teal-colored callout boxes are overlaid on the map, each pointing to a specific country: Costa Rica, Ecuador, and Grenada. The boxes contain text in Portuguese describing the respective women's parliamentary groups in each country.

As entrevistas a seguir ilustram as diferentes estruturas e experiências de três bancadas multipartidárias para a igualdade de gênero nas Américas e no Caribe, demonstrando a diversidade desses grupos com base nas prioridades dos seus membros e no contexto parlamentar.

**COSTA RICA:** Grupo de Mulheres Parlamentares (*Grupo Parlamentario de Mujeres Diputadas*)

**GRANADA:** Bancada Parlamentar de Mulheres da Granada (*The Grenada Women's Parliamentary Caucus*)

**EQUADOR:** Grupo Parlamentar pelos Direitos das Mulheres (*Grupo Parlamentario por los Derechos de las Mujeres*)

# Costa Rica: Grupo de Mulheres Parlamentares (Grupo Parlamentario de Mujeres Diputadas)

Uma entrevista com as Deputadas **LIGIA FALLAS**, Vice-Presidenta da Rede Parlamentar para a Igualdade de Gênero do ParlAmericas pela América Central (desde 2017), e **EMILIA MOLINA**, Coordenadora do Grupo de Mulheres Parlamentares da Assembleia Legislativa da Costa Rica (desde 2015)



## O QUE MOTIVOU A CRIAÇÃO DA BANCADA MULTIPARTIDÁRIA DE MULHERES NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA?

Criamos o Grupo de Mulheres Parlamentares da Assembleia Legislativa (GPMD, sigla em espanhol) para termos uma voz própria no legislativo. Existem 20 mulheres dentre os 57 membros do nosso legislativo, o que nos permitiu fortalecer nosso trabalho na promoção de legislação que beneficie às mulheres. A criação do GPMD também foi influenciada pelo Plano de Ação para Parlamentos Sensíveis ao Gênero da UIP (em espanhol), adotado pelo Congresso Nacional da Costa Rica através da nossa participação na UIP.

## QUAIS AS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELO GPMD PARA IMPACTAR NA AGENDA LEGISLATIVA E NO PARLAMENTO?

O nosso primeiro objetivo foi fortalecer a infraestrutura parlamentar de gênero, que também consiste numa unidade técnica e numa comissão parlamentar permanente, por meio da institucionalização do GPMD, garantindo que ele continuará a funcionar após a conclusão dos nossos mandatos legislativos.<sup>3</sup>

Além disso, queríamos estabelecer estratégias para a implementação da Política de Igualdade e Equidade de Gênero da Assembleia Legislativa (PIEGAL) e, a aprovação da agenda legislativa de gênero. Os três principais textos legislativos que propusemos foram sobre paridade em listas eleitorais, direitos em saúde sexual e reprodutiva e proteção para menores contra violência baseada em gênero e relações abusivas.

## COMO AS PARCERIAS AJUDARAM NO TRABALHO DO GPMD?

O GPMD não tem um orçamento operacional específico, mas recebemos apoio da Unidade Técnica sobre Igualdade e Equidade

<sup>3</sup> De acordo com o artigo 107 da Constituição Política da Costa Rica, as e os parlamentares podem concorrer à reeleição na Assembleia Legislativa apenas em termos não consecutivos.

de Gênero e criamos alianças com a Comissão Especial Permanente sobre as Mulheres da Assembleia Legislativa. O apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do PNUD-Costa Rica também tem sido fundamental para o nosso trabalho, nos permitindo realizar eventos e discussões e criar o plano de ação que aprovamos no Dia Internacional da Mulher de 2017.

### **QUEM SÃO AS INTEGRANTES DO GPMD E SUAS LIDERANÇAS E COMO SUAS ATIVIDADES SÃO ORGANIZADAS?**

O GPMD é composto por todas as deputadas do plenário legislativo e é coordenado por uma deputada eleita pelas integrantes do grupo. Reunimo-nos regularmente, mas, não temos data ou hora específicas para nos reunirmos. Cada reunião é anunciada antecipadamente e são marcadas com base no trabalho que o grupo e o parlamento estão realizando.

### **QUAL FOI O PROCESSO FORMAL PARA A CRIAÇÃO DO GPMD?**

O GPMD foi formalizado através de um Ato Constitutivo, aprovado no dia 24 de julho de 2015 durante uma reunião da Comissão Especial Permanente sobre as Mulheres. No entanto, este ato não oferece as garantias legais que uma lei, ou uma alteração no Regimento Interno da Assembleia Legislativa, ofereceria, para garantir sua perenidade. Portanto, tecnicamente, o grupo poderá deixar de existir após o término desta legislatura e o início de outra, em maio de 2018. É por isso que estamos buscando aprofundar a institucionalização do grupo, através da proposição de que, na próxima

legislatura, ele seja composto de parlamentares e de ex-parlamentares, a fim de continuarmos fortalecendo o grupo e desenvolvendo o trabalho que iniciamos.

### **O QUE PODE SER CONSIDERADO COMO A MAIOR CONQUISTA DO GPMD ATÉ AGORA?**

Continuamos a fazer progressos importantes na agenda legislativa que havíamos comprometido fazer avançar. Recentemente, aprovamos uma lei que incluiu um conjunto de reformas para fortalecer a proteção legal de meninas e adolescentes mulheres, contra situações de violência de gênero associadas com relações abusivas. Em breve, votaremos também a lei de paridade, que esperamos já ter em vigor nas eleições de 2018 em todos os níveis de governo. Também apresentamos no dia 8 de março de 2017 um projeto de lei sobre assédio sexual e, a criação desta ampla iniciativa incluiu a participação de três organizações da sociedade civil, o Instituto Nacional das Mulheres da Costa Rica (INAMU, sigla em espanhol), a Comissão Especial das Mulheres, e a Unidade Técnica.

Além de iniciativas concretas, através do GPMD, criamos um espaço para que mulheres parlamentares de diferentes tendências ideológicas pudessem se juntar para discutir e acordar objetivos comuns. Por exemplo, chegamos a um acordo para solicitar que as e os líderes de todos os partidos apoiem a decisão de que, no Dia Internacional da Mulher, seja discutido em plenário apenas questões que afetam diretamente às mulheres, em seus diferentes espaços sociais, culturais e educativos.

# Equador: Grupo Parlamentar pelos Direitos das Mulheres (Grupo Parlamentario por los Derechos de las Mujeres)

Uma entrevista com **GINA GODOY**, presidenta da Rede Parlamentar pela Igualdade de Gênero do ParlAmericas (2015-2017) e coordenadora do Grupo Parlamentar pelos Direitos da Mulher da Assembleia Nacional do Equador (2013-2017)



## **POR QUE A OPÇÃO PELA FORMAÇÃO DE UMA BANCADA COMO O MECANISMO ESCOLHIDO PARA FAZER AVANÇAR A LUTA PELOS DIREITOS DAS MULHERES NA ASSEMBLEIA NACIONAL?**

Formamos o Grupo Parlamentar pelos Direitos das Mulheres no Equador (GPDM) porque os direitos humanos das mulheres são uma questão prioritária, e é uma prática parlamentar reconhecida pela Assembleia a formação grupos de trabalho sobre temas prioritários. O GPDM é atualmente um dos grupos com mais tempo de funcionamento na Assembleia Nacional do Equador.

## **O QUE, EXATAMENTE, O GPDM BUSCA CONQUISTAR ATRAVÉS DO SEU TRABALHO?**

Os objetivos do GPDM são promover, contribuir, aprofundar e incorporar os direitos humanos com enfoque nas questões de gênero na legislação, para garantir o cumprimento dos direitos e princípios da igualdade e não discriminação das mulheres, tanto formalmente como na prática, que estão consagrados na Constituição e na doutrina internacional. A realização de uma participação igualitária de homens e mulheres e uma vida sem violência são os tópicos aos quais dedicamos a maior atenção, trabalho e discussão.



**DIEGO VINTIMILLA**, coordenador do Grupo Parlamentar pelos Direitos das Mulheres da Assembleia Nacional do Equador (2013-2017)

*“O GPDM é um espaço para aumentar a consciência de parlamentares homens sobre a necessidade de fortalecer o reconhecimento dos direitos das mulheres, em seu espectro mais amplo, na legislação. Funciona como um fórum para expandir o debate político sobre as leis, a partir de uma perspectiva de gênero, e como uma plataforma para a defesa dos direitos humanos. Além disso, as e os legisladores podem se envolver - sem assumir um papel de liderança - nas agendas sociais pela convicção e compreensão da necessidade de trabalhar em conjunto para alcançar metas estabelecidas”.*

## A QUE RECURSOS A BANCADA DE GÊNERO TEM ACESSO PARA DAR APOIO AO SEU TRABALHO?

O GPDM não tem um orçamento operacional, mas o compromisso e a vontade política da ex-presidente da Assembleia Nacional, Gabriela Rivadeneira, foram de grande benefício ao iniciar o nosso trabalho. Nós também tivemos o apoio de organizações como a ONU Mulheres e o Fundo das Nações Unidas para as Populações (UNFPA) no Equador, o que nos permitiu sediar fóruns e promover discussões com especialistas na matéria. A ONU Mulheres, em particular, tornou-se um aliado permanente nosso.

## O QUE SIGNIFICA PERTENCER AO GPDM? QUAL É A ESTRUTURA DO COMITÊ EXECUTIVO?

Durante a legislatura anterior, o GPDM era composto por aproximadamente 70 parlamentares — mulheres e homens — de vários partidos políticos. Buscamos criar um espaço para todas e todos membros da Assembleia Nacional que acreditam que a lei é um instrumento para a justiça e para conseguir transformações sociais positivas e unir as pessoas, independentemente de partido, ideologia, ou qualquer outra característica.

O Grupo teve diferentes formas de liderança desde a sua criação, que variaram desde uma única pessoa que atuava como presidenta até um grupo de coordenação coletiva.

Durante a maior parte da última legislatura, o grupo de coordenação foi composto por 6 legisladores — novamente, homens e mulheres — que compartilhavam as responsabilidades de organização das atividades do GPDM.

Encontramos certos desafios com essa abordagem coletiva, mas os desafios eram maiores quando apenas uma pessoa era

responsável pela gestão do grupo.

## COMO FOI O PROCESSO PARA ESTABELECE O GPDM, E COMO O TRABALHO É DISTRIBUÍDO ENTRE OS COORDENADORES DURANTE O FUNCIONAMENTO DIÁRIO?

Com o apoio da ONU Mulheres, primeiro realizamos um café da manhã de trabalho para discutir a criação de um grupo, e as e os participantes da reunião se constituíram nas (os) primeiras (os) integrantes do GPDM. Em seguida, informamos a Presidenta da Assembleia Nacional, o que conduziu ao reconhecimento formal do grupo, uma vez que ela e várias agências das Nações Unidas com escritórios no Equador assinaram um acordo-quadro para cooperar no avanço da igualdade de gênero, que incluiu a criação do GPDM.

Cada um dos 6 coordenadores possuíam interesses particulares em diferentes temas dentro da agenda de igualdade de gênero e direitos humanos. Assumimos responsabilidades dentro do grupo com base nos projetos legislativos que iam surgiam, e com a forma que esse projeto se alinhava com os nossos interesses. Isso nos permitiu sentar à mesa desde o início e acompanhar de perto as discussões desses projetos de lei.

## QUE MÉTODOS DE TRABALHO DO GPDM TÊM SIDO MAIS EFETIVOS ATÉ O MOMENTO?

Acredito que um dos nossos trabalhos com maiores impactos se deu enquanto fazíamos a revisão e a proposição de legislação com perspectiva de gênero. Desenvolvemos um processo efetivo, em colaboração com a ONU Mulheres, para subsidiar o nosso trabalho legislativo. Antes que os projetos de lei fossem

elaborados, reuníamos tanta informação quanto pudéssemos. No caso de reformulação de leis relacionadas ao problema da violência psicológica, por exemplo, reunimos membros da administração do sistema penitenciário e de justiça, bem como organizações da sociedade civil que trabalham com vítimas de violência. Isso nos permitiu ter uma visão aprofundada sobre o assunto, ajudou-nos a criar recomendações mais claras e envolveu uma maior variedade de atores no processo.

Além disso, trabalhamos de diversas formas para conscientizar os cidadãos sobre os direitos das mulheres. Em nível nacional, quando ocorreram incidentes de violência sexista (violência machista), inclusive aqueles perpetrados por indivíduos em altos postos do serviço público, denunciávamos ativamente o ato e defendemos os processos judiciais devidos

e, sobretudo, as reparações para as mulheres afetadas pela violência. Esses atos chamaram a atenção de todo o país e criaram também uma oportunidade para que aquelas pessoas que não estavam familiarizadas com o sistema de justiça pudessem aprender mais sobre seus direitos, de modo que elas possam agir e tomar providências, caso enfrentem um incidente do mesmo tipo.

Nossa militância em defesa das questões de gênero também assumiu a forma de eventos, campanhas de redes sociais e trabalho com estudantes. Promovemos a campanha EleporEla (HeForShe) da ONU Mulheres e, organizamos sessões plenárias especiais na Assembleia, com a participação de todas as parlamentares, por ocasião do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

## Granada: Bancada Parlamentar de Mulheres da Granada (*The Grenada Women's Parliamentary Caucus*)

Uma entrevista com a Senadora e Ministra **BRENDA HOOD**, Presidenta da Bancada Parlamentar de Mulheres da Granada (desde 2016), e **JOAN PURCELL**, presidenta da Bancada (2010-2013)



### O QUE INSPIROU A CRIAÇÃO DA BANCADA PARLAMENTAR DE MULHERES A GRANADA (GWPC, EM INGLÊS)?

A ideia surgiu em 2009 enquanto planejavamos o 50º aniversário da representação das mulheres no parlamento. Este evento nos inspirou a mobilizar parlamentares e ex-parlamentares e deu início à criação da bancada. Criou-se um grupo central para coordenar o estabelecimento formal da bancada antes de realizarmos a nossa primeira Assembleia Geral Ordinária em 2010.

A bancada ficou inativa por um curto período de tempo, mas reafirmamos nossos esforços em 2016 porque sentimos que o grupo ainda tem um papel importante a desempenhar no parlamento granadino e na região. Nossas agendas ocupadas podem ser um grande desafio para manter o engajamento de um grande grupo, mas temos um grupo central de membros, e a bancada prevalece por causa da importância do seu trabalho.

### **QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DA BANCADA? ELES MUDARAM AO LONGO DO TEMPO?**

As nossas integrantes aprovaram os seguintes objetivos para a nossa bancada, durante a primeira Assembleia Geral Ordinária:

- Disponibilizar um fórum para discussões e uma plataforma para a ação sobre questões que afetam as mulheres em nosso país, na região e no mundo, de maneira suprapartidária.
- Desenvolver e estabelecer normas e padrões que promovam a participação efetiva das mulheres no Parlamento.
- Defender o reconhecimento oficial e agradecimento contínuo às pessoas que, no passado, serviram no Parlamento.
- Conectar com outras organizações e instituições preocupadas com questões relacionadas às mulheres e a participação delas nos processos políticos.
- Promover e ajudar a sensibilizar as e os parlamentares em relação aos princípios da igualdade de gênero em nosso país, bem como na região e no mundo.
- Defender a legislação e a implementação

da Política Nacional de Gênero para a integração da perspectiva de gênero no país.

Nós sempre vimos a bancada como um meio para orientar políticos (as) jovens, particularmente mulheres. Através da participação em várias atividades, como reuniões, sessões de treinamento, oficinas de trabalho e seminários, podemos fornecer a essas pessoas uma visão sobre o funcionamento interno da arena política e a preparação necessária para elas se tornarem parlamentares. O trabalho de aconselhamento continua a ser um foco importante para nós, e também estamos trabalhando na legislação para enfrentar o assédio sexual no local de trabalho.

### **QUAIS RECURSOS TÊM SIDO MAIS ÚTEIS PARA A CONDUÇÃO DO TRABALHO DA BANCADA?**

Tivemos a sorte de poder contar com a assistência de pessoal parlamentar para a elaboração das atas do nosso trabalho. Também nos beneficiamos com o apoio de outros membros da casa, mesmo em relação ao trabalho que realizamos fora do parlamento. A comunidade em geral tem apoiado a maneira como trabalhamos para reduzir as divisões e diferenças políticas, geralmente geradas por uma atuação política partidária.

Nossas redes e conexões pessoais foram vitais para o nosso trabalho anterior e para a reconfiguração da bancada no ano passado. Conseguimos organizar a logística para a reunião e mobilizamos 50 atuais e ex parlamentares, participantes da Assembleia Geral Ordinária de 2016, dividindo responsabilidades e fazendo o acompanhamento pessoalmente.

## QUEM SÃO AS INTEGRANTES E A LIDERANÇA NA BANCADA?

As integrantes são atuais e ex-parlamentares mulheres de todos os partidos políticos da Granada. O trabalho feito de maneira multipartidária ajuda a construir um consenso sobre questões importantes, e também, nos esforçamos para equilibrar a presença dos partidos em nossos eventos. Também valorizamos o envolvimento de ex-parlamentares porque podemos aproveitar seus conhecimentos e desejamos reconhecer as contribuições de seus anos de serviço. Consideramos todas as parlamentares de outros legislativos, que visitam a Granada, como membros honorários da bancada.

Temos um comitê executivo com os seguintes cargos: presidente, vice-presidente, secretário honorário, assistente de secretaria, tesoureiro honorário e demais membros. Todas as integrantes são eleitas. Nossa presidenta deve estar no exercício do mandato parlamentar para que possamos manter uma conexão estreita com o parlamento. Buscamos ter a presidenta pertencente ao partido do governo e a vice-presidenta pertencente à oposição, se possível.

## COMO FOI DECIDIDA E FORMALIZADA A ESTRUTURA DA BANCADA? COMO ELA OPERA AGORA?

Nós decidimos sobre nossa estrutura depois de realizar pesquisas sobre outras bancadas de gênero pelo mundo e, depois de debater amplamente no comitê de coordenação. Criamos um documento de regras para descrever o nome do grupo, a forma de associação, a administração, as reuniões,

o quórum, a taxa de adesão, processos de votação, objetivos, funções e responsabilidades das diferentes integrantes e, os procedimentos para futuras alterações dessas regras. Este documento foi aprovado na nossa primeira reunião anual. As ocupantes dos nossos primeiros cargos executivos foram, então, eleitas e empossadas. Realizar a reunião anual todos os anos e um núcleo de integrantes se reúne uma vez por mês.

## QUAIS TÊM SIDO OS MAIORES SUCESSOS DA BANCADA?

A bancada realizou uma série de atividades bastante produtivas visando atingir nossos objetivos. Publicamos uma coleção de perfis de mulheres parlamentares da Granada para comemorar esta história, realizamos seminários e sessões de treinamento com organizações da sociedade civil sobre a liderança política das mulheres e, trabalhamos com escolas secundárias para envolver jovens em discussões e gerar consciência sobre esses temas. Descobrimos que a realização de eventos artísticos e culturais nas comunidades é uma forma particularmente eficaz de influenciar a opinião pública sobre gênero e política. Um destaque final foi a celebração formal dos 50 anos da presença das mulheres no parlamento da Granada, que motivou a criação da bancada. Este evento reuniu mulheres de destaques da história da Granada e serviu de lançamento formal da bancada.